

# Os "sentidos do trabalho" docente universitário em tempos neoliberais

Lucinéia Scremin Martins<sup>1</sup>

## RESUMO

As transformações em curso no mundo do trabalho nos últimos anos têm afetado as mais diversas categorias de trabalhadores. Com os docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) não tem acontecido diferente. Inúmeras mudanças têm ocorrido, ou estão em processo nas IFES, justificando a necessidade de uma reflexão que busque compreender estas mudanças em curso. Neste texto, busca-se compreender como a crise estrutural do capital (que fica evidente a partir da década de 70), ao realizar uma reestruturação produtiva associada à implementação de políticas denominadas neoliberais com a intenção de conter sua crise de rentabilidade, vem reconfigurando a esfera da produção material da vida e a esfera das relações sociais dos trabalhadores em geral e os "Os 'sentidos do trabalho docente universitário'" em particular.

**Palavras-chave:** trabalho docente; crise do capital; instituições.

### Um mergulho na totalidade complexa da realidade social contemporânea

**D**iscutir transformações na realidade em que se está imerso não constitui uma tarefa fácil. Toda dificuldade reside no fato de que formulações a esse respeito exigem uma percepção cuidadosa de mudanças ainda em curso, como também de uma análise que vá além daquilo que é aparente, e que consiga estabelecer as relações das várias "partes" com o todo. Isso significa que o ponto de partida da reflexão acerca do tema "Os 'sentidos do trabalho docente universitário' em tempos neoliberais" é a categoria da totalidade, cujas implicações só poderão ser compreendidas nas suas múltiplas relações com a totalidade da realidade da qual faz parte.

Neste sentido, o tema "Os 'sentidos do trabalho docente universitário' em tempos neoliberais" é considerado parte de uma totalidade histórica concreta: sócio-econômica e político-social, isto é, na sua ligação dialética com as relações de produção e com o processo de luta de classes. Portanto, os desafios são imensos para aqueles que não pretendem

discutir o "tema" apenas em si, mas como algo que é dinamizado no interior de determinadas relações sociais.

### A crise do capital e as implementações das políticas neoliberais no limiar do século XXI

Faz-se mister aqui uma breve incursão no processo de desenvolvimento e acumulação capitalista, fundamentalmente a partir da década de 70, e nas suas conseqüências para o mundo do trabalho a partir de então, para compreendermos melhor as nuances e significados das atuais mudanças no mundo do trabalho do professor das Instituições Federais de Ensino superior (IFES).

A partir da década de 70 vem se evidenciando um esgotamento do padrão de acumulação denominado taylorista/fordista, cujos desdobramentos têm sido assinalados por diversos autores<sup>1</sup> como uma crise estrutural do capital. A crise estrutural do capital tem sua origem na tendência decrescente da taxa de lucro, na incapacidade do capital de se reproduzir em escala ampliada, com taxas de lucratividade adequadas aos seus investimentos. Ela deve ser compreendida a partir da crise da es-

fera da produção. Isto é, da "compressão dos lucros do setor manufatureiro", que desloca suas contradições da esfera da produção para a esfera da circulação, decorrentes do excesso de capacidade e de produção fabril gerada pela competitividade internacional (Brenner, 1999; p: 13). Assim,

*"Foi a grande queda de lucratividade dos EUA, Alemanha, Japão e do mundo como um todo - e sua incapacidade de recuperação - a responsável pela redução secular das taxas de acumulação de capital, que são a raiz da estagnação econômica de longa duração ao longo do último quartel de século. As baixas taxas de acumulação de capital acarretaram índices baixos de crescimento da produção e da produtividade; níveis reduzidos de crescimento da produtividade redundaram em percentuais baixos de aumento salarial. O crescimento do desemprego resultou do baixo aumento da produção e do investimento." (Brenner, 1999; p: 13).*

Com o aprofundamento da crise de valorização do capital, todo o processo de regulamentação do pós-guerra que vigorava nos países desenvolvidos começou a se desmantelar. A política keynesiana pós-guerra e a formação do Welfare State<sup>2</sup> e seus reflexos até a década de 90 foram incapazes de garantir a restauração da lucratividade para o processo de acumulação capitalista.

Em decorrência desta crise estrutural do capital intensificou-se um processo de reorganização da produção e do trabalho chamada de reestruturação produtiva. Esta reestruturação capitalista tem compatibilizado mudanças institucionais e organizacionais nas relações de produção

e de trabalho, associadas à implementação de políticas denominadas neoliberais, com restrição de crédito e equilíbrio orçamentário, dinamizado pela necessidade de recuperar a lucratividade do sistema capitalista, e subordinar toda a vida social ao capital.

Houve também o reforço de teses de que as raízes da crise do capital estariam localizadas no poder excessivo dos sindicatos e na organização da classe trabalhadora por melhoria nos salários, como também do aumento dos gastos sociais por parte do Estado. Era imperativo romper com organização sindical e dissolver as possibilidades da organização da classe trabalhadora.

O que se vislumbrou nos anos 70 e 80 nos países centrais foi, portanto, a manutenção de um Estado que possibilitasse o enfraquecimento da organização da classe trabalhadora e mantivesse uma disciplina orçamentária através da contenção dos gastos com o bem estar social, além da manutenção de uma taxa natural de desemprego estabelecendo, assim, um enfraquecimento da organização sindical.

A partir da década de 90 foram os países da América latina<sup>3</sup> que passaram a adotar rigorosamente a agenda política neoliberal, já bastante avançada nos países centrais. Nesse contexto é que educação no Brasil, um direito social garantido pela Constituição Federal, passa a ser alvo das políticas neoliberais, estabelecendo uma nova dinâmica no cotidiano dos trabalhadores da educação.

### **A educação em tempos neoliberais**

A partir da década de 90 assistem-se na América Latina a implementação e o aprofundamento das chamadas políticas neoliberais cujos desdobramentos têm sido a reconfiguração da atuação do Estado e do mundo do trabalho, visando garantir uma retomada do patamar de rentabilidade do capital. Como consequência dessa reconfiguração a educação passa por transformações profundas nos seus objetivos, nas suas funções e na sua organização, na tentativa de adequar-se às deman-

das a ela apresentadas.

Apontam-se, nesta reflexão, dois aspectos a serem considerados como possibilidades de demandas à esfera da educação na atualidade: 1) a adaptação de países e indivíduos a um "mundo em transformação", possibilitando a disseminação e consolidação de valores políticos e culturais que permitem uma dominação ideológica através de uma visão de mundo empresarial, portanto mercantil; 2) a concepção da educação como estratégia fundamental para "qualificar" e "formatar", os trabalhadores frente às mudanças no mundo do trabalho, segundo interesses e necessidades impostas pelo capital. Ou seja, a necessidade de integração entre educação e a esfera produtiva, objetivando "reforçar" a cooperação da educação com o mundo do trabalho<sup>4</sup> na perspectiva de adequar melhor a força de trabalho às novas formas de exploração decorrentes da reestruturação capitalista das últimas décadas, tais como flexibilização, baixos salários, trabalho precário, etc.

Desta maneira, podemos perceber que o movimento de reformas (ou contra-reformas, segundo alguns autores) que toma corpo nos países da América Latina a partir dos anos 90, demarca uma nova regulação das políticas educacionais, sinalizando uma série de mudanças que irão se refletir no cotidiano do trabalho docente. Mudanças decorrentes da esfera da produção e reprodução da vida que se refletem nas relações sociais, portanto, também na esfera política. Assim, o capital em tempos neoliberais não só demanda um novo tipo de Estado, o "Estado Mínimo" para a classe trabalhadora, e um "Estado Máximo" para o capital<sup>5</sup>, como exige um novo tipo de homem, integrado à "ordem de reprodução social metabólica do capital", para usar uma expressão de Mézáros (1995). Neste sentido, a Educação Superior contribui para a formação desse novo tipo de homem.

Apresenta-se neste texto uma questão para refletirmos: a Educação Superior - ao tornar-se o alvo

*A educação passa por transformações profundas nos seus objetivos, nas suas funções e na sua organização, na tentativa de adequar-se às demandas a ela apresentadas.*

preferencial da mercantilização da educação e das orientações dos organismos internacionais (Banco Mundial; FMI, etc) na implementação de diretrizes privatizantes, constitui-se num espaço profícuo de lucratividade a uma fração da burguesia, a burguesia do setor de serviços ao mesmo tempo em que possibilita uma "formação humana limitada", restrita e formatada aos interesses de expansão e continuidade da sociedade capitalista. Isto é, que possibilita a formação de um ser humano integrado a lógica do

*Observa-se o processo de subordinação da educação aos interesses do mercado, configurando-se num espaço tanto de disseminação de uma ideologia "do mercado" quanto de uma "formação" da força de trabalho de acordo com as demandas do capital.*

capital que "... não apenas veste a 'camisa da empresa', mas, acima de tudo, um ser humano que, premido pelas condições materiais, 'veste a camisa do capital' ". (Tumolo, 2003, p:175).

Assiste-se assim, na atualidade, o crescimento do setor de serviços como um espaço importante no processo da reprodução capitalista. Neste contexto, observa-se o processo de subordinação da educação aos interesses do mercado, configurando-se num espaço tanto de disseminação de uma ideolo-

gia "do mercado" quanto de uma "formação" da força de trabalho de acordo com as demandas do capital, conforme já assinalado acima. Um exemplo ilustrativo é o processo de privatizações, que no Brasil teve início da década de 90 e aprofundou-se na gestão do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), e que atualmente ainda tem estado fortemente presente nas políticas educacionais brasileiras. A universidade brasileira tem sido objeto desse processo de privatização que ainda está em curso, e tem seguindo as diretrizes do Banco Mundial.

A educação superior na gestão de Fernando Henrique Cardoso adquire sua definição nos seguintes quesitos:

- crescente vulgarização do sentido de universidade;
- agressiva privatização do sistema; desinvestimento programado e gradativo nas Instituições Federais de Ensino superior (IFES);
- desvalorização programada das carreiras dos docentes e dos técnicos-administrativos nas Ifes;
- crescimento vertiginoso da exclusão no acesso às IES públicas;
- desrespeito repetido à constituição no que se refere à autonomia das universidades, à democracia interna e à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- desestímulo financeiro à pesquisa;
- expansão desigual e sem controle de qualidade da pós-graduação, com crescimento desenfreado de cursos endogênicos;
- privatização crescente do espaço público, através de cursos regulares, especializações, mestrados e doutorados, assessorias, consultorias etc. oferecidos como mercadorias, através das fundações de apoio;
- privatização branca do espaço público através de mestrados profissionalizantes pagos e de cursos seqüenciais pagos;
- desmantelamento dos processos de avaliação institucional;
- desmantelamento de programas acadêmicos, com cortes de bolsas, na graduação e na pós-gra-

duação;

- aligeiramento da graduação através dos cursos seqüenciais, colocando no mesmo patamar valorativo dos cursos de graduação, ou de propostas de encurtamento da graduação;
- aligeiramento dos mestrados através da proliferação de cursos profissionalizantes pagos, mesmo em IES públicas e gratuitas, e da burocracia produtivista instituída pela Capes;
- Perda de qualidade acadêmica através da substituição de professores efetivos por estagiários de docência.

Neste contexto, o autor indica a crise da universidade pública assinalando que ela passa também por uma crise de identidade, onde tem ficado evidente a coexistência dentro dos campi de três universidades: 1ª) a universidade do MEC, que é a universidade do ensino de graduação, onde impera salas de aulas espartanas, laboratórios desatualizados, bibliotecas paradas no tempo e onde cada vez mais as aulas são ministradas por substitutos ou estagiários docentes. 2ª) A universidade do CNPq e Capes, "(...) uma instituição pouco dada a graduação. (...) Os seus interesses estão nos mestrados e doutorados, nas bolsas de produtividade em pesquisa, nos laboratórios, nas bolsas de pós-doutorado, nos estudos avançados. Os vencimentos de seus professores são pagos pelo MEC; as complementações vêm das bolsas do CNPq, dos projetos de extensão e de consultoria..." (Ristoff, 2003: p:139). A terceira é a universidade das Fundações de Apoio: é através dela que se proliferam as especializações, mestrados fora da sede, consultorias e prestações de serviços, todos remunerados, que complementam os salários dos professores, "de tal maneira que, por vezes, o salário torna-se o complemento" (RISTOFF, 2003: p:140).

Tal crise das IFES, assinalada por Ristoff (2003), desencadeiam uma série de conseqüências para o cotidiano do trabalho do docente universitário.

## Os "sentidos do trabalho" docente universitário em tempos neoliberais

Tudo indica que esta reestruturação produtiva que se caracteriza como um novo padrão de produção e acumulação do capital, e é sentida mais diretamente na produção de mercadorias, ou seja, no mundo do trabalho industrial, também tem afetado o setor de serviços - independente do trabalho aí ser produtivo ou improdutivo<sup>6</sup>. É evidente que tal reestruturação produtiva<sup>7</sup>, não pode ser mecanicamente transposta para a elucidação do trabalho do professor universitário, mas refletir como ela vem se difundindo no mundo do trabalho docente das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) poderá contribuir para a compreensão dos sentidos do seu trabalho.

Sabe-se que o trabalho de professor apresenta características peculiares que o distingue de outros tipos de trabalho como, por exemplo, a autonomia em manter a indissociabilidade entre concepção e execução do seu trabalho. Ou seja, "trata-se de um setor que presta um tipo particular de serviço e, portanto, com configurações organizacionais e institucionais diferenciadas, que pode ser essencial à produção, pois é espaço de reprodução - via formação - da força de trabalho" (Pinto, 1999, p. 57).

Mesmo que o professor universitário tenha esta autonomia ela apresenta-se limitada. Primeiramente, pelo fato de vender sua força de trabalho - mesmo que nas IFES este trabalho não implique na valorização direta do capital - e, segundo, na medida em que verificamos um atrelamento da educação aos interesses do mercado. Seja via expansão das Instituições de Ensino Superior privadas (PINTO, 1991), seja via uma reorganização da esfera pública da educação de acordo com os padrões da lógica do capital. Neste contexto, tudo indica que o trabalho do docente universitário vem sendo afetado tanto pela reestruturação produtiva em curso quanto pela reorganização da esfera pública de acordo com os interesses do capital, isto é, pela implementação das denominadas políticas neoliberais.

Podemos verificar na última década uma série de mudanças na organização e gestão do trabalho docente nas universidades que expressam, por exemplo - em certa medida -, o caráter "flexível" destes trabalhadores. Com bem define Mancebo & Franco,

"A proposta de flexibilização da gestão das instituições de ensino superior, por exemplo, tem favorecido contratos de trabalho mais ágeis e econômicos, como "temporários", "precários", "substitutos" e outras denominações já em vigor, reproduzindo no âmbito da universidade o mercado de trabalho diversificado e fragmentado, composto por poucos trabalhadores centrais, estáveis, qualificados e com melhores remunerações e um número cada vez maior de docentes periféricos, temporários, em mutação e facilmente substituíveis." (2003: p:193).

Outras questões como, por exemplo, a GED - Gratificação de Estímulo a Docência - caracteriza uma alteração na organização do trabalho docente, ou seja,

"Quando se introduz um sistema de pontos para as atividades docentes, cujo desdobramento é a transformação destes em remuneração, estamos, a partir de uma qualificação dos afazeres profissionais, estipulando uma metodologia de avaliação. Esta metodologia, no caso, fere a totalidade do trabalho docente porque possibilita e estimula uma divisão por especialidades, ou seja, não se qualifica mais a atividade docente sob o tripé ensino, pesquisa e extensão, como interligados componentes de uma formação profissional integradora, mas sim, se pontua diferenciadamente cada uma dessas atividades. Tal divisão das atividades docentes viabiliza, por conseguinte, a divisão/especialização entre profissionais que as realiza". (PINTO, 2000, p. 22)

Estas são apenas algumas questões, entre muitas outras, que sinalizam para as atuais mutações em curso no mundo do trabalho docente

que possivelmente vem repercutindo também numa reconfiguração da identidade profissional e na organização política dos docentes universitários.

## Autora

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Contato: luascremin@yahoo.com.br.

## Notas

- <sup>1</sup> Cf. ANTUNES, 2002; BRENNER, 1999; CHESNAIS, 1996; MANDEL, 1990; MÉSZAROS, 2002.
- <sup>2</sup> O modelo de desenvolvimento social mais aprimorado do capital pode ser registrado na Europa do Pós-Guerra até a década de 70, que de formas mais ágeis ou mais lentamente vai sendo substituído pela face exclusivamente mercantil do estado capitalista.
- <sup>3</sup> Com exceção do Chile que foi pioneiro na América Latina na implementação do modelo neoliberal.
- <sup>4</sup> Cf. documento da UNESCO, 1998, p. 86.
- <sup>5</sup> Assim, "Para ser 'máximo' na sua função determinante de salvaguardar a reprodução do capital no seu movimento contraditório, o Estado vê-se obrigado a ser 'mínimo' no atendimento as políticas sociais." (Tumolo, 2003, p.172-3).
- <sup>6</sup> Sobre esta questão ver a discussão realizada por Marx no capítulo VI inédito de O capital, pgs. 108-120. In: MARX, K. Capítulo VI Inédito de O Capital. Resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, s/d.
- <sup>7</sup> Que, tanto pode incluir elementos de continuidade com o padrão de acumulação produtivo anterior: o binômio taylorismo/fordismo, quanto de descontinuidades, inaugurando um novo padrão de acumulação denominado toyotismo. O importante a destacar é que as mudanças ocorridas a partir de 1970 vão no sentido de uma reorganização do capital de retomada de seus patamares anteriores de lucratividade (ANTUNES, 2002, p. 49-50) Segundo ANTUNES, "O toyotismo (ou ohnismo, de Ohno, engenheiro que o criou na fábrica Toyota), como via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45, e que, muito rapidamente, se propaga para as grandes companhias daquele país" (2000, p. 54). O autor ainda afirma que a experiência do "toyotismo" ou modelo japonês teve uma maior repercussão no mundo ocidental, mesmo sendo adaptado às diferenças e realidades específicas de cada país que o adota. O sistema industrial japonês foi visto pelos capitais do ocidente como uma alternativa de driblar a crise de acumulação.

## Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo (1997). Aonde vai o mundo

do trabalho? In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). Globalização e socialismo. São Paulo: Xamã, (Coleção Fora da Ordem), p.61-72.

(2000a). Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil dos anos 90. In: Revista Crítica Marxista, nº 09. São Paulo: Xamã, p.89-110.

(2000b). Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 1ª edição 1999 (Coleção Mundo do Trabalho).

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. Luta contra a pobreza. Panorama geral. Washington, D.C., 2000/2001.

BRENNER, Robert (1999). A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?. In: Revista Outubro, nº 3. São Paulo: Xamã.

MANCEBO, Deise; FRANCO, Maria E. D. P. Trabalho docente: uma análise das práticas intelectuais em tempos de Globalização. In: DURADO, Luiz F.; CATANI, Afrânio M.; OLIVEIRA, João F. de. (Org.) (2003). Políticas e gestão da educação superior. Transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa.

MANDEL, Ernest (1990). A crise do capital. Os fatos e sua interpretação marxista. [Tradução de Juarez Guimarães, João Machado Borges]. São Paulo: ensaio; Campinas, SP: Editora da universidade Estadual de Campinas.

MARX, Karl (1985a). O Capital. Crítica da economia política. Livro Primeiro, Vol. I, Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas).

(1974a). O Método da Economia Política. In: \_\_\_\_\_. Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural.

(s.d.). Capítulo VI inédito de O Capital. Resultados do processo de produção imediata. São Paulo : Moraes.

MÉSZÁROS, István (2000). A crise estrutural do capital. In: Revista Outubro, nº 03. São Paulo: Xamã.

(1995). A ordem de reprodução social metabólica do capital. [Tradução de Ana Cecília Acioli Lima], 1995 mimeo. In: Beyond Capital: towards a theory of transition. Merlin Press: Londres 1995.

(1996). Produção destrutiva e Estado capitalista. [Tradução Georg Toscheff e Marcelo Cipolla]. São Paulo: Ensaio. (Cadernos ensaio. Pequeno formato; v. 5), 2ª Edição.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) (1998-1999). Oficina internacional del trabajo. Informe sobre el empleo en el mundo. Ginebra.

PINTO, Marina Barbosa. (2000). A subordinação do trabalho docente à lógica do capital. In: Revista Outubro, nº 04.

(1991) Emprego público: sua face real. Revista Educação e Sociedade/ Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior -Vol. 1, nº 1 (fev 1991), Brasília (DF).

TUMOLO, Paulo Sérgio (2003). Da contestação à conformação. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

(1996). Paradigmas de análise das transformações no mundo do trabalho: um duelo de titãs. In: FIDALGO, Fernando Selmar (org.) Gestão do Trabalho e formação do trabalhador. Belo Horizonte, MG: Movimento de cultura Marxista.